

A IMPORTÂNCIA FUNDAMENTAL DA HERMENÊUTICA NO CONTEXTO SOCIAL DA TEOLOGIA AGOSTINIANA NA “CIDADE DE DEUS”.

Antônio Henrique Campolina Martins

A decadência romana, o Império corrompido, os bárbaros dentro das fronteiras, os Imperadores cristãos protegendo o cristianismo e, ao mesmo tempo, sucumbindo à ambição e às paixões, este quadro histórico preciso era o de Agostinho, Bispo, em sua África pró-consular, em sua Numídia. Ele viveu o declínio da cultura, da civilização que havia sido a sua. Vivenciando a experiência de seus contemporâneos, pagãos e cristãos extremamente confusos, os primeiros batendo em retirada diante da invasão dos bárbaros e os outros, frívolos, sem a têmpera dos mártires, precisamente dentro desta *condição histórica*, Agostinho inicia a sua obra monumental, A CIDADE DE DEUS¹.

Quando Agostinho se decide por escrever esta “obra grande e árdua”² não o faz respondendo a um público genérico, os pagãos. Seus interlocutores são pessoas vivas, concretas, refugiados romanos que chegaram à África fugindo das invasões, pessoas conhecidas com as quais Agostinho se encontrava, conversava, sobre pontos de vista da intelectualidade romana. Foram, em geral, funcionários pagãos de um estado cristão. Para estes destinatários de sua obra, os dogmas do cristianismo ou eram irracionais ou já se encontravam na tradição pagã. Para que então se converter? Crer em dogmas como na encarnação e na ressurreição seria crer em fantasmas³. Portanto, se Agostinho quisesse ser escutado pelos pagãos cultos, deveria levar em consideração a sua cultura, deveria construir uma ponte entre a sabedoria cristã e a cultura pagã.

Assim, Agostinho mostrará, a partir da própria cultura pagã (de dentro para dentro) que ela não salva. Ao contrário, a *Cidade de Deus* é um procedimento retórico real que humaniza o homem e o salva. É resposta, antes de tudo, para a *paidéia romana*. Só o cristianismo humaniza e salva.

A Cidade de Deus⁴

¹ Há algo em comum entre Agostinho e os homens do século XXI: Ele, como nós, viveu a experiência de um mundo emudecido, caindo aos pedaços e tem, como nós, a esperança de um amanhecer novo. Assim, no Sl 81,8, dizia aos seus interlocutores: “Surpreendeis com o mundo perdendo a sua compreensão, confuso, envelhecido? Pensai que o homem nasce, cresce e envelhece. A velhice tem muitas enfermidades: tosses, tremores, falhas na visão, ansiedades, aquele cansaço terrível de si mesmo (depressão). O homem velho está cheio de males. Pois eis como se encontra o mundo, cheio de tribulações, velho, no sentido estrito da palavra. Não vos prendeis ao velho, ao ancião, ao mundo; não deixeis de retornar à nossa juventude. É Cristo quem nos ensina: o mundo passa e está perdendo o seu sentido; não temais, nossa juventude será renovada.”

² *Magnun opus et arduum*.

³ Paulo, pregando no Aerópago, passou pela mesma experiência. “Nós te escutaremos depois”. Cf At 17,32.

⁴ Agostinho encontrou o nome para a sua obra no Salmo 87,3: “De ti disseram coisas gloriosas, ó *cidade de Deus*: “Mas este não é o único lugar da Bíblia onde a idéia de uma cidade de Deus se encontra. Toda citação onde o caráter específico do cristão é invocado pode-se dizer que a idéia da cidade de Deus agostiniana se acha presente. Assim ver 1Pd 2,11; Hb 11,13-16; Ef 2, 19; Fl 3,20. Instaurar a Cidade de Deus, para Agostinho, não é senão seguir a Cristo, viver e testemunhar os valores do reino por ele pregado no mundo voltado para a satisfação de seus próprios desejos.

Num primeiro momento, a leitura residual da Cidade de Deus pode nos configurar a impressão de uma incrível desordem, História, Teologia, Filosofia, observação, narração, tudo isto entrelaçado. Onde estaria a visão de conjunto? Ou como encontrá-la? Sem dúvida alguma, deve-se dizer que uma estrutura perfeita existe neste grande escrito de Agostinho. A obra tem um planejamento de quatorze anos, tendo sido publicada aos poucos. O Autor fala sobre este plano já no livro primeiro, mas é no livro décimo que o expõe claramente:

“Destes dez livros, os cinco primeiros eu os escrevi contra aqueles que acham e julgam que os deuses, os cultuamos pelos bens desta vida e, os cinco últimos, contra os que pensam que os cultuamos pelos bens da outra, a que seguirá à morte. Mais adiante, como prometi no livro primeiro, direi com a ajuda de Deus o que seja conveniente ser dito sobre a origem, o desenvolvimento e os fins das duas cidades, como já se disse, andam neste século juntas e misturadas.”⁵

O esquema, portanto, é duplo. A primeira parte é apologética, a saber, uma reflexão contra o culto pagão; a segunda, uma teologia da história, Agostinho é o primeiro a fazer da história um lugar teológico. Ainda: A Cidade de Deus é a sua oposta não são metáforas, mas realidades.

“Devemos conhecer a Babilônia, na qual nos tornamos cativos e a Jerusalém, para a qual nos voltamos e almejamos chegar. Pois as duas são cidades no sentido real do termo.”⁶

Se verdadeiramente o são, cidades reais e opostas, deve-se determinar o que as distingue e as especifica. Babilônia é o lugar do nosso cativeiro, é um presídio; Jerusalém é a nossa pátria, o lugar da liberdade, da vida feliz. Mas o que nos faz aspirar por este retorno? Por que uns se sentem livres e outros não? Concluindo, duas cidades, são duas formas de se viver a vida no tempo. Posso realizá-la ou caotizá-la. Viver segundo a carne ou segundo o espírito são duas maneiras de realizar a existência humana; são, em certo sentido, duas vocações, duas formas de ser homem, respostas ao amor de Deus e ao amor próprio. Estas duas formas de amor, estas duas vocações geram dois modos distintos de se construir a convivência entre os homens.

“Dois amores construíram duas cidades: a cidade terrena a fez o amor de si mesmo até o desprezo de Deus; a cidade celeste a fez o amor de Deus até o desprezo de si mesmo.”⁷

Estas duas vontades que dividem os homens, estes dois amores que constituem as duas cidades possuem uma dimensão social muito clara:

⁵ Cidade de Deus (CD) X 32,4.

⁶ In Ps. 64,2.

⁷ CD XIV, 26.

“Estes dois amores, dos quais um é santo e o outro maculado; um voltado para o bem do outro e o outro egoísta; um olhando sempre os bens sob o ângulo do Bem maior e o outro, usando os bens públicos como se fossem particulares, sob o ângulo do domínio usurpador; um cheio de Deus, o outro cheio de cobiça, de ambição; um tranqüilo, o outro confuso; um pacífico, o outro belicoso; um pretendendo para o próximo o mesmo que para si; o outro pretendendo sujeitar ao próximo o domínio de si (da sua vontade); um governando para a utilidade do próximo, o outro para a sua.”⁸

Esta é a dimensão social do Reino, urgente, o amor que cria e recria e que não pode ser esquecido, nunca, por ninguém. As duas cidades são diferentes porque provêm de amores diferentes. O amor que as criou é diferente do amor que as confunde. Um se fecha no egoísmo que oprime e domina os demais; o outro luta para construir a cidade fraterna, uma *casa* para todos os homens.⁹ As duas cidades são separadas porque têm uma origem diferente e isto é afirmado deste o prólogo da obra. A origem da cidade terrena é o *apetite do domínio*.

“Há um apetite de vingança, há um de enriquecimento que se chama avareza, há um apetite de vitória que se chama pertinácia (persistência em querer guerrear); há um apetite de glória que se chama soberba. Há muitos outros apetites, alguns com nomes, outros sem. Quem dará um nome próprio ao apetite de domínio que pesa tanto na alma dos tiranos como as guerras civis no-lo atestam?”¹⁰

A Cidade de Deus nasce com o querer sinceramente o bem para os demais, à imitação do Pai que dá a sua graça a todos, que cumula a todos com a sua bênção e que só se deleita com a união de seus filhos. A origem da cidade de Deus é, portanto, teológica, e possui uma interceção na existência histórica da sociedade. É uma teologia cristã da história onde a vocação sobrenatural da humanidade se sobrepõe à caducidade radical de uma civilização.

DUAS CIDADES, DOIS POVOS

Nascidas de dois amores, estas duas cidades são dois povos diferentes. A cidade peregrina de Cristo Rei¹¹ é *povo* porque é fundamentada no consentimento jurídico (de direito) e na comunidade de interesses¹². Segundo esta concepção, povo é também o Império Romano. Entretanto, onde não existe justiça, dirá Agostinho, não há a possibilidade de uma comunidade fundamentada em direitos reconhecidos e, a fortiori, não há povo. Por isto afirma:

⁸ De Gen. Ad Lit. XI, 15-20.

⁹ Cf. CD XIV, 26.

¹⁰ CD XIV, 15.2.

¹¹ CD I, 35.

¹² CD XIX, 21.

“Desterrada a justiça! Que são os reinos senão grandes terroristas (latrocínio)? Vi os mesmos terroristas submetedores da ordem, (baderneiros políticos), senão pequenos reinos?”¹³

Povo é pois uma *categoria* filosófica e sociológica aplicada somente a homens que possuem os mesmos fins. Por isto, pode existir perfeitamente um povo de Deus que *peregrina*. Neste mundo e no outro que faz deste mundo a sua morada¹⁴. Entretanto, tanto mais um povo é considerado como tal quanto mais nobres são os seus interesses e quanto mais nobres são os seus interesses mais o povo é povo. Assim,

“não há povo verdadeiro quando os pobres, para saciar a sua fome precisam agüentar os abusos dos ricos.”¹⁵

As duas cidades estão formadas por povos diferentes. Todo povo ama e busca a paz.¹⁶ Esta, por sua vez, é a obediência a Deus, a concórdia total entre os que mandam e obedecem. Tanto quem manda quanto quem obedece deve querer e amar a busca da paz, a tranqüilidade na ordem, a feliz disposição das partes no todo. Se assim o é, só há um centro para tudo e que deve ser buscado por todos: O AMOR. E só Deus é o AMOR¹⁷. Quem ama retamente chega à paz e alcança a virtude. A virtude é amor feito obra, a prática do amor. Só há paz no amor, só há paz na virtude que é o cumprimento do amor. Os não-virtuosos, os que não amam não podem estar em paz, mas na intranqüilidade, na confusão, não na cidade verdadeira real, mas na farsa, no fingimento, na falsa cidade que é sinônimo de caos.

Portanto, deve-se dizer que, enquanto povos, as duas cidades amam a paz. A diferença consiste na maneira como dela querem se apoderar. Se a busca da paz termina na satisfação das próprias ambições, o círculo não se fechará, o homem permanecerá insatisfeito; tudo o que ele fizer (o bem ou o mal) terá a marca do fugaz, do episódico, do transitório, do vazio. A libido da dominação só leva o homem ao fracasso¹⁸.

A *satisfação* que vem da Babilônia não satisfaz o povo verdadeiro que anseia pela paz verdadeira. A satisfação que só busca o próprio interesse não leva a lugar algum, morre em si mesma porque em si mesma é morta¹⁹.

“Há um povo que busca a verdadeira paz: os que são obedientes a Deus e reconciliados com os homens, os que vivem a fé articulada no amor”²⁰.

¹³ CD IV, 4.

¹⁴ CD XII,9.

¹⁵ CD, II, 12.

¹⁶ Cf. CD XIX, 12.

¹⁷ “usque in Fé”. Cf. Confissões, 1,1.

¹⁸ Cf. In Os CXXXVI, 2

¹⁹ Cf. CDII, 20.

²⁰ CD XIX, 23.

“E assim como um só justo vive a fé, assim viverá também o conjunto e o povo desses justos, da fé que opera através da caridade, que leva o homem a amar a Deus como deve e ao próximo como a si mesmo.”²¹

Estes dois desenvolvimentos do amor darão, como resultado, dois diferentes povos.

A HISTÓRIA COMO CONSTRUÇÃO DO REINO DE DEUS.

A partir de uma leitura residual da cidade de Deus, latentemente, se depreende uma visão de História como construção do Reino de Deus. É o que precisamente se atinge. Vejamos como Agostinho entende a história:

Para Agostinho, a história não é *cíclica*, como os gregos a concebem, mediante o eterno retorno, mas é bíblica e, portanto, *linear*. Agostinho parte de um acontecimento que ocorreu uma única vez na história, evento um e único, a *Encarnação do Cristo*. Este acontecimento quebra a síntese do eterno retorno e inaugura um fim para a história. Não caminhamos para trás, sonhando com um paraíso perdido, mas para o futuro, para a segunda vinda do Cristo. Portanto, vivemos um tempo cheio de sentido, com formas, pleno, um presente contínuo, o tempo da graça e da conversão. A história não é um conto sem significado, mas o tempo da salvação. Nossa obrigação é, portanto, construí-la, nossa tarefa é realizá-la. Viver o tempo é viver a vida e a sabedoria está em vivê-la em seu tempo devido, preciso, não em tempo perdido, ou a contra-tempo. É verdade que o sentido da história não nos é comunicado imediatamente. Temos a obrigação de construir o futuro vivendo bem o presente. O futuro, o que se descortina diante de nossos olhos não nos pertence, é dom, é graça, é mistério. Por isso, o sentido da história não é visível. A história é como uma música ou um poema. Tenho que escutá-la toda, tenho que ouvi-lo todo, para pode compreendê-los na sua integridade. Da mesma forma se dá com a história. Nenhum fato pode ser visto isoladamente. O Reino de Deus está na história, aqui e agora, *hic et nunc*. O trigo não pode existir sem o joio e este é precisamente o juízo de Deus para o mundo, o desafio para o homem, com toda a liberdade que Deus lhe concedeu, optar, caminhar, crescer e chegar. Importante salientar aqui a realidade da história enquanto desafio. Não há caminho sem desafios, sem conflitos, sem decepções, sem fracassos. Neste tempo preciso, nesta história grávida de prós e contras, neste *hic et nunc* cheio de senões se dá a salvação, a graça, a proposta de Deus e a nossa resposta pela construção da sua cidade. É assim que a história, cheia de debilidades e de fraquezas de quedas e de misérias de cada indivíduo e de cada geração, se transforma no Reino de amor e de paz que Deus quer para o seu Povo.

²¹ Id. Ibid.